

SALA DE RECURSO MULTIFUNCIONAL: A UTILIZAÇÃO DE ANÁLISES ESTATÍSTICAS COMO POSSIBILIDADE DE INSTRUMENTO NORTEADOR DO PROCESSO DE IMPLANTAÇÃO NO BRASIL

MULTIFUNCTIONAL RESOURCE ROOM: THE USE OF STATISTICAL ANALYSIS AS A POSSIBLE TOOL FOR DIRECTING THE IMPLEMENTATION PROCESS IN BRAZIL

SALA DE CLASES DE RECURSOS MULTIFUNCIONAL: EL USO DE ANÁLISIS ESTADÍSTICAS COMO POSIBLE INSTRUMENTO GUIA PARA EL PROCESO DE IMPLANTACIÓN EN EL BRASIL

Renata Portela Rinaldi*
Elisa Tomoe Moriya Schlünzen*
José Gilberto Spasiani Rinaldi*
Klaus Schlünzen Júnior*

RESUMO

A análise apresentada nesse texto decorre do estudo quali-quantitativo desenvolvido pelos autores e visa, num primeiro momento, analisar o processo de implantação das Salas de Recurso Multifuncional (SRM) e seus respectivos tipos, em todo o território nacional no período de 2005-2011. A pesquisa documental, o uso de técnicas estatísticas (teste Qui-Quadrado e análise de correspondência) e recursos de softwares foram os procedimentos metodológicos usados para a coleta de documentos e análise dos dados. Os resultados apontam para uma política de estado cujo investimento tem sido constante, mas variável, especialmente a partir do ano de 2009. Nesse período tem-se a aprovação e homologação da Política de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva que tem como um de seus pilares a garantia do acesso e permanência da pessoa com deficiência, transtornos globais de desenvolvimento e altas habilidades/superdotação na escola regular. Adicionalmente, os dados possibilitam a identificação da região Nordeste como aquela em que há maior número de SRM implantadas no período, bem como das regiões Centro-Oeste e Norte como aquelas em que o processo de implantação ainda é tímido considerando sua população.

Descritores: Sala de Recurso Multifuncional, Educação especial, Análise Estatística.

* Pedagoga, Doutora em Educação, Docente do Departamento de Educação e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Estadual Paulista (FCT/UNESP). E-mail: renata.rinaldi@fct.unesp.br

* Licenciada em Matemática, Doutora em Educação (Currículo), Docente do Departamento de Estatística e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Estadual Paulista (FCT/UNESP). E-mail: elisa@fct.unesp.br

* Possui graduação em Estatística pela Universidade Federal de São Carlos, Doutor em Engenharia de Produção, Docente do Departamento de Estatística e do Programa de Pós-Graduação Mestrado Profissional em Matemática - PROFMAT da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Estadual Paulista (FCT/UNESP). E-mail: gilberto@fct.unesp.br

* Licenciado em Matemática, Doutor em Engenharia Elétrica e Livre-docente em Informática e Educação pela Univ. Estadual Paulista. Docente do Departamento de Estatística e do Programa de Pós-Graduação em Educação da Faculdade de Ciências e Tecnologia, Univ. Estadual Paulista (FCT/UNESP). E-mail: klaus@fct.unesp.br

ABSTRACT

The analysis presented in this text stems from the qualitative and quantitative study developed by the authors and aims, firstly, to analyze the deployment process of Multifunction Resource Rooms (MRR) and its types across the country from 2005-2011. The documentary research, the use of statistical techniques (chi-square test and correspondence analysis) and software resources were methodological procedures used to collect and document data analysis. The results point to a state policy which investment has been steady but variable, especially from the year 2009. During this period we have the approval and ratification of the Special Education Policy in Perspective of Inclusive Education which has as one of its pillars ensuring access and retention of people with disabilities, global developmental disorders and high ability/gifted in regular school. Additionally, the data allow the identification of the Northeast as one in which there are more MRR implemented in the period, as well as the Midwest and North and those in the process of implementation is still shy considering its population.

Keywords: Multifunctional Resource Room, Special Education, Statistical Analysis.

RESUMEN

La análisis presentada en este texto se deriva del estudio cualitativo y cuantitativo desarrollado por los autores y tiene como objetivo, en primer lugar, analizar el proceso de implantación de las Salas de clases de Recursos Multifuncionales (SRM) y sus tipos en todo el Territorio Nacional en el período de 2005 a 2011. La investigación documental, el uso de técnicas estadísticas (prueba de chi-cuadrado y análisis de correspondencia) y uso de *softwares* fueron los procedimientos metodológicos usados para la recopilación de documentos y análisis de los datos. Los resultados apuntan para una política del Estado cuya inversión ha sido constante, pero variable, especialmente desde el año 2009. En este periodo se tiene la aprobación y ratificación de la Política de Educación Especial con la perspectiva de la Educación Inclusiva que tiene como uno de sus pilares garantizar el acceso y la permanencia de la persona con deficiencia, trastornos del desarrollo global y alta capacidad/ superdotados, en la escuela regular. Además, los datos permiten la identificación de la región Nordeste como aquella en que hay más SRM implementadas en el período, así como el Centro-Oeste y Norte como regiones en que el proceso de implantación es todavía tímido, teniendo en cuenta su población.

Descriptores: Sala de Recursos multifuncional, Educación Especial, Análisis Estadística

INTRODUÇÃO

A reflexão e o debate sobre o processo de inclusão de Pessoas com Deficiência (PDs) tem sido tema de investigação de muitos estudiosos, pesquisadores e professores há algum tempo. Sabe-se que, especialmente, a partir da última década do século XX, as políticas educacionais, no âmbito das políticas de inclusão social, ao dedicarem atenção aos que necessitam de uma educação especial, trouxeram para o centro das discussões a questão da inclusão escolar e também da formação dos professores para atender aos alunos com esse perfil.

Os movimentos internacionais de integração escolar, inicialmente, e de inclusão escolar do aluno com deficiência, de forma mais palpável a partir da década de 1990, têm influenciado as políticas educacionais na área da Educação Especial em vários países, entre os quais, também o Brasil. Tal processo teve como ápice o direcionamento das Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica (BRASIL, 2001a), com vistas à priorização da educação escolar dos alunos com deficiência no sistema regular de ensino, previsto por meio da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional – LDB, n. 9.394 de 1996 (BRASIL, 1996). Após a publicação da LDB n. 9394/96, outros documentos surgiram, procurando complementar o que permaneceu como insuficiente ou dúbio na legislação educacional, por exemplo, a Resolução 02/2001 da CNE/CEB (BRASIL, 2001b).

A concepção e a proposta da inclusão desses alunos na escola regular é praticamente incontestável nos dias atuais, assentando-se sobre uma sólida base argumentativa, do ponto de vista histórico, teórico e também jurídico.

De modo geral, entende-se que a legislação brasileira, mediante a LDB n. 9394/96 e, mais recentemente, o Decreto n. 6.571/08, entre outras, apresenta-se como um marco bastante significativo no processo educacional do país, pois preconiza a inclusão e a ampliação do Atendimento Educacional Especializado (AEE), em rede pública, aos educandos com deficiência desde a Educação Básica (educação infantil, ensino fundamental e ensino médio) ao Ensino Superior. Portanto, são marcos fundamentais para se pensar uma educação inclusiva, pois abrem novas perspectivas de acesso e permanência nas instituições de ensino para as Pessoas com Deficiência (PDs).

O QUE SÃO AS SALAS DE RECURSO MULTIFUNCIONAL?

Na direção do compromisso pela inclusão de pessoas com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades/superdotação assegurada pelas políticas públicas e outras ações que se fortalecem em âmbito nacional para esse fim, o Decreto n. 6.215 de 2007a, em seu Art. 2º, inciso VI, estabelece no que diz respeito à escolarização regular, que as escolas tenham Salas de Recursos Multifuncionais (SRM), de maneira a possibilitar o acesso e permanência aos EPAEE matriculados assegurando-lhes condições de participação e aprendizagem, dentre outros.

Nesse cenário, Silva (2003) indica que desde os anos de 1970 já se ouvia falar em Salas de Recursos. Contudo, a partir de 2005 (primeiro mandato do ex-presidente Luís Inácio Lula da Silva) nota-se um empenho do governo federal em distribuir mobiliário e recursos para a implantação dessas salas. Entretanto, é a partir da publicação da Portaria Normativa n. 13 de 24 de abril de 2007b que se dispõem sobre a criação do Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais sob novas bases.

Esse programa, orientado pela Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva (BRASIL, 2007c) integra o Plano de Desenvolvimento da Educação – PDE, o qual destina apoio técnico e financeiro aos sistemas de ensino para garantir o acesso ao ensino regular e a oferta do AEE aos EPAEE. Seu principal objetivo é apoiar os sistemas públicos de ensino na organização e oferta do atendimento educacional especializado em SRM. É uma estratégia pedagógica que oferece na escola resposta às necessidades especiais dos EPAEE, considerando o seu acesso ao currículo; condições de acessibilidade e a garantia destes a participação nos espaços comuns de ensino e aprendizagem etc. Nesse sentido, a SRM “é um espaço organizado com equipamentos de informática, ajudas técnicas, materiais pedagógicos e mobiliários adaptados para esse fim” (BRASIL, 2007c).

Em 2007, quando foi lançado o Edital n. 1 cujo objetivo era selecionar projetos de Estados e Municípios para a implantação das SRM e a expansão da oferta do AEE aos EPAEE do ensino regular, definiam-se os recursos (mobiliário, equipamentos e pedagógicos) que compunham o espaço da SRM em dois tipos, a saber:

Quadro 1 - Configuração das Salas de Recurso Multifuncional

Tipo I	Tipo II
Constituídas de microcomputadores, estabilizadores, monitores, fones de ouvido e microfones, scanner, impressora multifuncional, teclado com colmeia, mouse e acionador de pressão, notebook, materiais e jogos pedagógicos acessíveis, <i>software</i> para comunicação alternativa, lupas manuais e lupa eletrônica, plano inclinado para livro, mesas, cadeiras, armário, quadro branco.	Constituídas dos recursos da SRM Tipo I, acrescidos de outros recursos específicos para o atendimento de estudantes com cegueira, tais como impressora Braille, máquina de escrever Braille, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, globo terrestre acessível, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, <i>software</i> para produção de desenhos gráficos e táteis.

A partir de 2011, com o objetivo de atualizar os recursos das Salas de Recurso Multifuncional criou-se o Kit de atualização, composto dos seguintes itens:

Quadro 2 - Configuração do kit para as Salas de Recurso Multifuncional

Kit de Atualização
Impressora Braille, máquina de escrever Braille, globo terrestre tátil, scanner com voz, bolas com guizo, bola de futebol com guizo, kit de desenho geométrico acessível, calculadora sonora, reglete de mesa, punção, soroban, guia de assinatura, caixinha de números, lupa eletrônica, teclado expandido com colmeia, notebooks, impressora multifuncional e materiais didáticos e pedagógicos.

No que se refere ao financiamento para assegurar o desenvolvimento do serviço de Atendimento Educacional Especializado (AEE) na SRM na rede pública de ensino a garantia se dá por meio do Decreto n. 6.253 (2007e) e Decreto n. 6.278 (2007f) que visam garantir às escolas o repasse por meio dos recursos do Fundo de Manutenção e Desenvolvimento da Educação Básica e de Valorização dos Profissionais da Educação (FUNDEB). Assim, o cômputo das matrículas dos alunos da educação regular da rede pública que recebem Atendimento Educacional Especializado (AEE), sem prejuízo do cômputo dessas matrículas na educação básica regular, ou seja, a instituição de ensino regular passa a receber o duplo FUNDEB.

Adicionalmente, as Resoluções de n. 3 e n. 10 de 2010, respectivamente, preveem apoio técnico e financeiro da União às ações voltadas à oferta de AEE aos EPAEE matriculados na escola regular que foram contempladas com o Programa de Implantação de Salas de Recursos Multifuncionais. Nesse sentido, fica estabelecido no Art. 2º que os recursos financeiros serão destinados à promoção da acessibilidade e inclusão da população supracitada e deverá ser empregado em uma ou mais das seguintes finalidades:

- I - adequação arquitetônica ou estrutural de espaço físico reservado à instalação e funcionamento de salas de recursos multifuncionais;
- II - adequação de sanitários, alargamento de portas e vias de acesso, construção de rampas, instalação de corrimão e colocação de sinalização tátil e visual; e
- III - aquisição de mobiliário acessível, cadeira de rodas, material desportivo acessível e outros recursos de tecnologia assistiva. E serão repassados anualmente de acordo (BRASIL, 2010).

Complementarmente, no Artº 4, da Resolução n. 10/2007, se esclarece que os recursos serão repassados anualmente de acordo com o número de EPAEE matriculados na unidade educacional extraído do censo escolar do ano anterior ao do repasse.

Em linhas gerais ao compreender “o que” são e “como” se caracterizam as Salas de Recurso Multifuncional passamos a apresentar, por meio do uso de diferentes técnicas estatísticas uma análise que possibilita a identificação do processo de investimento do governo federal nessa empreita ao longo do tempo e em todo o território nacional.

TÉCNICAS ESTATÍSTICAS COMO FERRAMENTA DE APOIO NA ANÁLISE QUANTITATIVA DA PESQUISA EM EDUCAÇÃO

Sabemos que a metodologia é caminho trilhado pelo pesquisador no processo de produção de conhecimento sobre uma realidade estudada. Dessa forma, a articulação entre os estudos de natureza teórica e o uso de técnicas e instrumentos deve estar presente durante o processo de investigação de modo a possibilitar a construção da realidade e favorecer a análise do pesquisador.

No presente estudo, optou-se pelo trabalho com técnicas estatísticas denominadas teste Qui-Quadrado e Análise de Correspondência com o principal objetivo de analisar o processo de implantação das Salas de Recurso Multifuncional (SRM) no Brasil no período de 2005-2011.

Os dados, disponibilizados pela Secretaria de Educação Continuada, Alfabetização, Diversidade e Inclusão – SECADI foram analisados considerando os totais de SRM implantadas a cada ano e seus respectivos tipos. Foram organizados considerando as cinco regiões que compõe o território nacional, a saber: Norte (N), Nordeste (NE), Centro-Oeste (CO), Sudeste (SE) e Sul (S).

Atualmente, sabe-se que temos 39.299 Salas de Recurso Multifuncional implantadas no Brasil, conforme pode-se visualizar na Tabela 1.

Tabela 1 - Recursos totais (SRM Tipo I, SRM Tipo II e kit de atualização) distribuídos por ano

Ano de Obtenção	Tipo de Recurso Concedido			
	Kit	Tipo I	Tipo II	Total
2005	0	215	35	250
2006	0	376	0	376
2007	0	499	126	625
2008	0	4189	111	4300
2009	0	14477	520	14997
2010	0	3660	90	3750
2011	1500	12932	569	15001
Total	1500	36348	1441	39299

Fonte: SECADI, 2012.

A partir da análise da Figura 1 é possível identificar ao longo dos sete (7) anos a evolução desse processo que se mostra bastante variável no período.

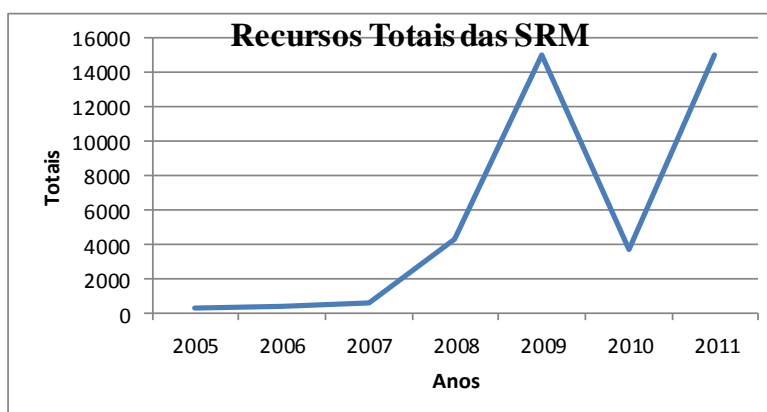


Figura 1- Recursos totais (SRM Tipo I, SRM Tipo II e kit de atualização) distribuídos por ano

Na Tabela 2 pode-se perceber o mesmo fenômeno, além de ser perceptível a concentração de maior investimento na região nordeste.

Tabela 2 - Recursos totais (kit tipo I, Tipo II e kit de atualização) distribuídos por região do país

Região Beneficiada	Tipo de Recurso Concedido			
	Kit	Tipo I	Tipo II	Total
Centro Oeste	198	3523	155	3876
Norte	234	4132	213	4579
Nordeste	448	11725	418	12591
Sudeste	253	7706	253	8212
Sul	367	9262	412	10041
Total	1500	36348	1441	39299

Nesse cenário, conforme melhor ilustra a Figura 2, é possível levantar questionamentos sobre as razões que motivaram tal distribuição, por exemplo, considerando o fato de que a região sudeste tem a maior densidade populacional no Brasil.

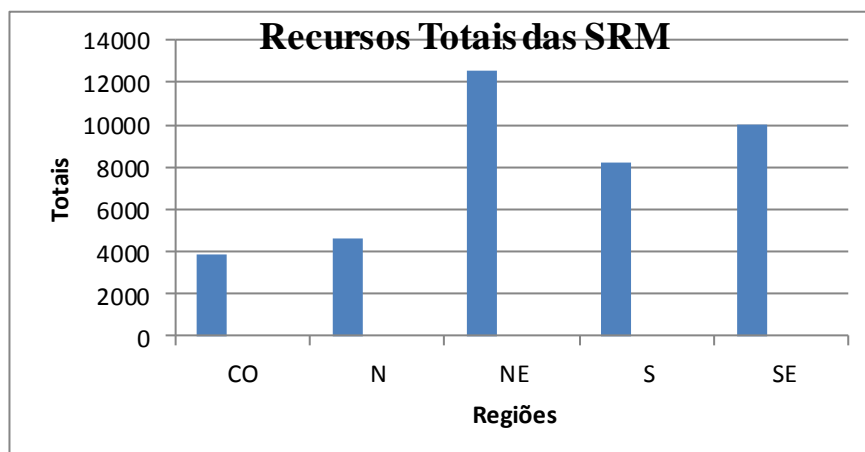


Figura 2 - Recursos totais (kit tipo I, Tipo II e kit de atualização) distribuídos por região do país

Em linhas gerais os gráficos revelam situações nas quais os recursos totais são distribuídos de forma desequilibrada, seja em cada período de tempo (anos) ou por regiões. Conforme a tabela 1 anteriormente apresentada foi possível cruzar os tipos de SRM (Tipo I, Tipo II e kits de atualização) com os anos (2005, 2006, 2007, 2008, 2009, 2010 e 2011). Deste cruzamento foi obtida uma tabela com 21 células denominada geralmente como tabela de contingência, com sete categorias de anos e três categorias de tipos de SRM.

Na análise conjunta de variáveis e suas categorias o objeto de estudo fixa-se nas relações entre as variáveis. A análise de uma tabela de contingência é realizada pela verificação da distribuição destas ocorrências na tabela, verificando-se se ela é aleatória ou se tem algum padrão, ou seja, sugere alguma relação entre as variáveis.

Para testar a possibilidade acima é usual utilizar-se o teste Qui-Quadrado (denotado por χ^2). Este teste calcula o total de desvios entre o número de ocorrências observadas e o de esperadas teoricamente e examina sua probabilidade segundo um padrão de distribuição. A expressão utilizada para seu cálculo é

$$\chi^2 = \sum_{i=1}^n \frac{(O_i - E_i)^2}{E_i}$$

na qual O_i é a frequência observada na célula i e E_i é frequência esperada na célula i

A frequência esperada é obtida pelo produto entre o total da linha e da coluna da respectiva célula, após isto dividindo pelo total geral.

Deve-se ainda considerar como sendo r o número de linhas da tabela e c o número de colunas da tabela. Para realizar o teste o valor obtido na expressão acima é comparado com o valor tabelado de $\chi^2_{(r-1)(c-1);p}$ (valor tabelado de uma distribuição Qui-Quadrado com $(r-1).(c-1)$ graus de liberdade) na qual p é o nível de significância do teste.

Se o valor obtido calculado é maior que o teórico (ou seja, se $\chi^2 > \chi^2_{(r-1)(c-1);p}$) então pode-se dizer que existe evidência de associação entre as variáveis explicitadas na tabela de contingência. Para a validade do teste é comum considerar que frequências esperadas não devem ser menores que 5 senão as conclusões do teste ficam afetadas (não são estatisticamente válidas).

O teste Qui-Quadrado foi aplicado no cruzamento dos sete anos com os três tipos de SEM (vide tabela 1) e obteve-se como resultado $\chi^2 = 3134,953$, um valor muito alto. O *software* Minitab aponta a probabilidade de não haver associação entre as variáveis como praticamente zero. Desta forma, é quase certo que há associação entre os anos e as Salas de Recurso Multifuncional.

O mesmo teste foi realizado para o cruzamento entre as regiões e os três tipos de SEM (vide tabela 2) sendo obtido como resultado $\chi^2 = 87,404$, um valor também alto. É novamente apontado que é quase certo que há associação entre as variáveis em questão.

O teste Qui-Quadrado é interessante devido a revelar a intensidade da associação entre duas variáveis. Contudo, é uma medida de associação global entre as variáveis, não aponta para as relações específicas entre as categorias de uma variável com a outra, que sustentam a conclusão geral do teste.

Várias outras técnicas estatísticas podem ser aplicadas a esse conjunto de dados. Em especial, uma que pode auxiliar para revelar associações específicas entre as categorias das variáveis e que é denominada Análise de Correspondência, técnica exploratória desenvolvida pelos franceses.

A análise de correspondência é frequentemente utilizada para análise de cruzamentos entre variáveis. Resumidamente, é usualmente empregada para estudar as relações entre variáveis categóricas nominais, como também as categorias destas mesmas variáveis. Por meio do uso dessa técnica estatística, pode-se reconhecer as relações entre as variáveis e/ou suas categorias, utilizando suas proximidades em um sistema de projeção plana. Estas proximidades são representadas por distâncias χ^2 projetadas em um plano e avaliadas segundo seu posicionamento, estabelecendo ou revelando possíveis associações. O plano resultante da análise é frequentemente denominado de mapa de percepções.

O principal objetivo da análise de correspondência é a representação de dados categóricos em um espaço de dimensão menor identificando seus aspectos. As variáveis consideradas podem ser nominais e ordinais, com categorias mutuamente exclusivas ou não. Como produto final é obtido um gráfico, representando associações em uma tabela de frequência ou contagem. A análise de correspondência simples, que é aqui utilizada, pode ser encontrada em

obras como Hair et al. (2005), Aaker et al (2004), Carvalho (2004), Pereira (2004), Johnson e Wichern (2002), entre outros.

A análise de correspondência simples é obtida de uma tabela de dupla entrada referente ao cruzamento de duas variáveis, como ocorre nas tabelas 1 e 2. O gráfico vai então apresentar dois conjuntos de pontos: r pontos correspondendo às linhas e c pontos correspondendo às colunas. As associações podem ser obtidas por meio dos pontos (categorias) linha que estão próximas dos pontos (categorias) coluna, e que representam combinações que ocorrem com maior frequência do que seria esperado por um modelo de independência, ou seja, no qual as categorias linha não estariam correlacionadas com as categorias coluna.

Como resultados da análise de correspondência simples, é obtida a melhor representação bidimensional dos dados e uma medida denominada inércia, que representa a quantidade de informação retida em cada dimensão. Deve-se considerar aqui que não há perda de informação (logo há inércia máxima) para as análises que estão feitas utilizando-se as mesmas variáveis que foram objeto dos testes Qui-Quadrado, portanto, os gráficos bidimensionais (planos de percepção) representam perfeitamente as informações das SRM cruzada com os anos e as regiões.

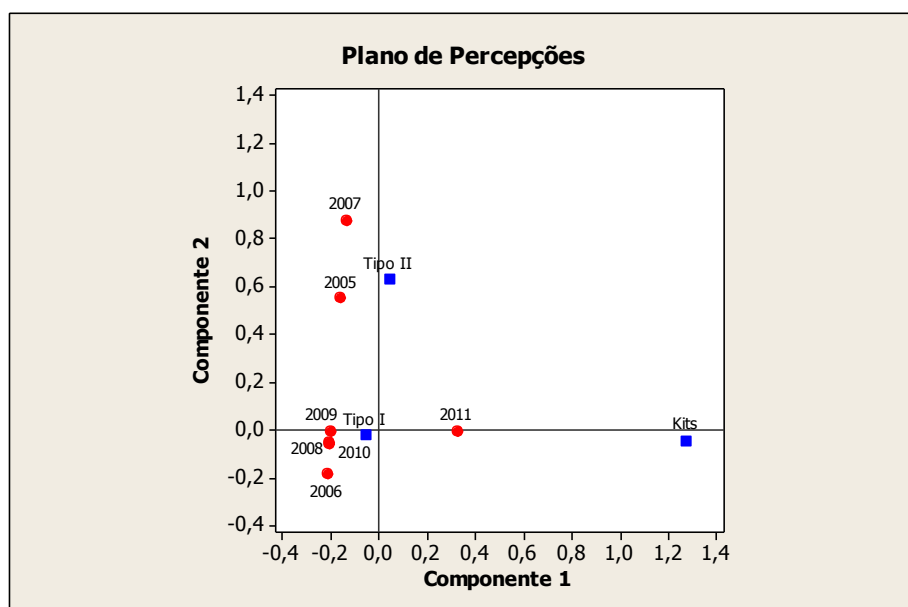


Figura 3 - SRM (Tipo I, Tipo II e kits de atualização) cruzados com os anos de distribuição.

A Figura 3 evidencia uma maior concentração de implantação da Sala de Recurso Multifuncional Tipo I entre os anos de 2008, 2009, 2010 e 2011. Acredita-se que o fato de os kits de atualização das SRM terem iniciado o seu processo de distribuição apenas em 2011 pode ter influenciado o deslocamento deste ponto (2011) entre Tipo I e Kits. Ademais, é possível perceber

que a SRM Tipo 2 está mais associada aos anos 2005 e 2007, ou seja, devem ter recebido uma atenção maior nesses dois anos, ainda que a maioria das suas SRM sejam do Tipo I.

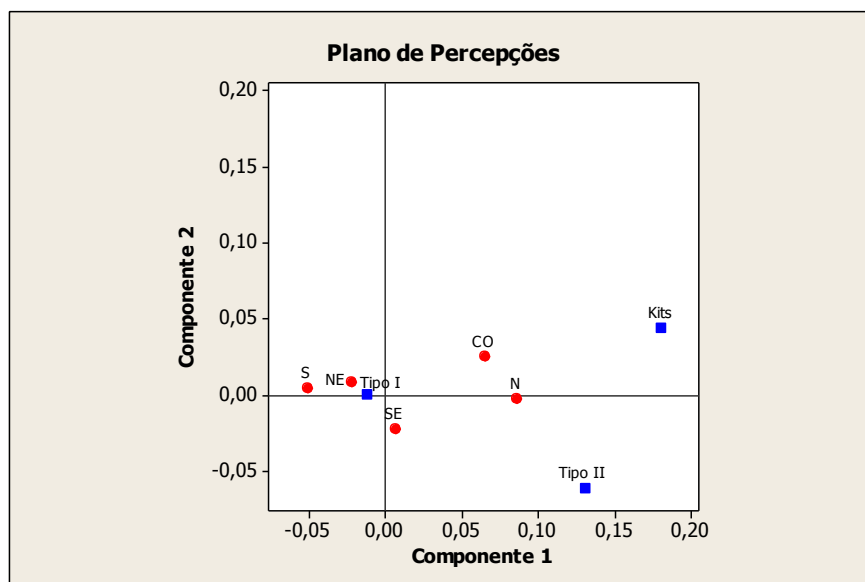


Figura 4 - Recursos totais (SRM Tipo I, SRM Tipo II e kits de atualização) cruzados com as regiões.

Por fim, a Figura 4 nos permite visualizar o total de SRM e seus tipos, distribuídas por região. Nota-se que o Tipo I está fortemente associado às regiões Nordeste, Sul e Sudeste. A região Norte, por exemplo, encontra-se num plano de aparente neutralidade em relação à distribuição dos recursos e implantação das SRM dos dois tipos. A região Centro-Oeste também parece estar num plano de certa neutralidade, mas pouco mais associada à SRM do Tipo I. Essa realidade pode ser melhor compreendida a partir do cotejo dessas informações com aquelas visualizadas no Gráfico 2 onde é possível perceber que ambas as regiões, ou seja, Norte e Centro-Oeste, são aquelas com menor investimento do Programa de Implantação das SRM no território nacional.

Cabe salientar que o uso de técnicas estatísticas permitiu a compreensão mais objetiva de um cenário que nem sempre é percebido nas análises qualitativas, ou seja, a região com maior densidade demográfica (Sudeste) não necessariamente recebe o maior investimento para implantação das Salas de Recurso Multifuncional Tipo I e II. Por outro lado, é possível questionar sobre a razão de o investimento por parte do governo federal na implantação da SRM Tipo II ainda ser tímido em todas as regiões, mas especialmente após o ano de 2008. Os indicadores apontam para a necessidade de uso de novas técnicas para o cruzamento múltiplo (por meio da análise de correspondência múltipla, cruzando os recursos totais, os anos e as regiões) com o objetivo de que a compreensão sobre o objeto de estudo seja ampliada e possa servir como instrumento possível para nortear a tomada de decisões enquanto política de estado. Ou seja, conscientização dos gestores

sobre o objetivo da proposta do Programa de modo que se possa favorecer a organização da escola em um espaço inclusivo.

Agradecimentos

Agradecemos a SECADI pela cessão dos dados, a CAPES e a PROESP/CAPES pelo apoio financeiro.

Referências

1. AAKER, D. A.; KUMAR,V.; DAY, G. S. **Pesquisa de marketing**. Trad. MARCONDES, R. C. 2. ed. São Paulo: Atlas, 2004.
2. BRASIL. **Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional n. 9.394/96**. Ministério da Educação. 1996. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 1996.
3. _____. **Diretrizes Nacionais para a Educação Especial na Educação Básica**.
4. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2001a.
5. _____. **Resolução CNE/CEB n. 2**, de 11 de fevereiro de 2001. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2001b.
6. _____. **Decreto n. 6.215** de 2007. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2007a.
7. _____. **Portaria Normativa n. 13** de 24 de abril de 2007. Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, 2007b.
8. _____. **Política Nacional de Educação Especial na Perspectiva da Educação Inclusiva**. Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, 2007c.
9. _____. **Edital n. 1** de 26 de abril de 2007. Brasília: Secretaria de Educação Especial do Ministério da Educação, 2007d.
10. _____. **Decreto n. 6.253** de 13 de novembro de 2007. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2007e.
11. _____. **Decreto n. 6.278**, de 29 de novembro de 2007. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2007f.
12. _____. **Resolução n. 3**, de 1º de abril de 2010. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2010a.
13. _____. **Resolução n. 10** de 13 de maio de 2010. Brasília: Presidência da República. Casa Civil, 2010b.
14. CARVALHO, H. **Análise multivariada de dados qualitativos: utilização da HOMALS com o SPSS**. Lisboa: Silabo, 2004.

15. HAIR, J. F. Jr. et al. **Análise multivariada de dados**. Trad. SANT'ANNA, A. S.; CHAVES NETO, A. 5.ed. Porto Alegre: Bookman, 2005.
16. JOHNSON, R. A.; WICHERN, D. W. **Applied multivariate statistical analysis**. 5.ed. New Jersey: Prattice Hall, 2002.
17. PEREIRA, J. C. R. **Análise de dados qualitativos: estratégias metodológicas para as ciências da Saúde, Humanas e Sociais**. 3.ed. São Paulo: Edusp, 2004.
18. SILVA, J. M. **A autonomia da escola pública**. Campinas: Papirus, 2003.

Sources of funding: No

Conflict of interest: No

Date of first submission: 2013-03-25

Last received: 2013-06-05

Accepted: 2013-03-26

Publishing: 2013-07-31